Kyoei do Brasil Companhia de Seguros

Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2014 e relatório dos auditores independentes

Relatório dos administradores

Aos Senhores Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Diretoria da Kyoei do Brasil Companhia de Seguros vem submeter à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis relativos ao 1º semestre findo em 30 de junho de 2014, bem como o parecer dos Auditores Independentes e do Atuário. Colocamo-nos à inteira disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Neste exercício, a Kyoei do Brasil Companhia de Seguros concentrou os seus esforços na manutenção da carteira de seguros de vida, preservando-se, assim, uma boa assistência e atendimento aos nossos segurados, bem como a rapidez na liquidação de sinistros, cumprindo-se plenamente as obrigações e os compromissos contratuais junto aos segurados diante da fase de transição (manutenção do portfólio das apólices), em que se encontra a empresa.

A Kyoei do Brasil Companhia de Seguros agradece aos seus Segurados, razão de sua Missão e cuidado, à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP -, à Confederação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – CNSeg - e à Federação Nacional de Previdência Privada e Vida – FenaPrevi por todo o apoio recebido. Também agradece aos Funcionários da Seguradora e Prestadores de Serviços, como reconhecimento pela dedicação e esforço, fundamentais para o sucesso contínuo da Companhia.

Rio de Janeiro 28 de agosto de 2014.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Kyoei do Brasil Companhia de Seguros

Examinamos as demonstrações financeiras da Kyoei do Brasil Companhia de Seguros ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

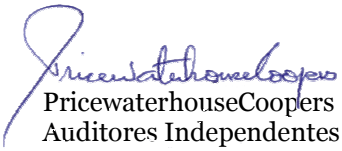
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Kyoei do Brasil Companhia de Seguros

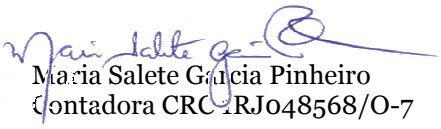
Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Kyoei do Brasil Companhia de Seguros em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2014



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ



Maria Salete Garcia Pinheiro
Contadora CRC 1RJ048568/O-7

Kyoei do Brasil Companhia de Seguros

Balanços patrimoniais
Em milhares de reais

Ativo	Nota	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Circulante		6.432	6.270
Disponível			
Caixa e bancos	5	272	240
Aplicações financeiras	6	5.714	5.503
Títulos de renda fixa		5.714	5.353
Quotas de fundos de investimento			150
Créditos das operações com seguros e resseguros		61	62
Prêmios a receber	7	5	2
Outros créditos operacionais	9	56	60
Operações com resseguradoras			
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	8	170	164
Títulos e créditos a receber	10	215	301
Não circulante		16.604	16.286
Realizável a longo prazo		16.563	16.240
Aplicações financeiras		16.543	15.815
Títulos de renda fixa	6	16.543	15.815
Títulos e créditos a receber	10	20	425
Depósitos judiciais e fiscais			405
Outros créditos operacionais		20	20
Imobilizado	11	41	46
Bens móveis		41	46
Total do ativo		23.036	22.556

Passivo e patrimônio líquido	Nota	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Circulante		1.131	1.137
Contas a pagar		151	180
Obrigações a pagar	12	30	76
Impostos e encargos sociais a recolher		17	29
Encargos trabalhistas		16	17
Impostos e contribuições		88	58
Débitos das operações com seguros e resseguros		10	
Outros Débitos Operacionais		10	
Depósito de terceiros			5
Provisões técnicas - seguros	15	970	952
Danos		199	195
Pessoas		513	502
Vida Individual		253	250
Vida com cobertura por sobrevivência		5	5
Não circulante		7.350	7.348
Provisões técnicas - seguros	15	7.334	7.332
Pessoas		404	392
Vida individual		6.930	6.940
Outros débitos			
Provisões judiciais	13	16	16
Patrimônio líquido	17	14.555	14.071
Capital social		19.567	18.567
Aumento de capital em aprovação			1.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários		(1.013)	(1.285)
Prejuízos acumulados		(1.703)	(1.915)
Ações de tesouraria		(2.296)	(2.296)
Total do passivo e patrimônio líquido		23.036	22.556

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Kyoei do Brasil Companhia de Seguros

Demonstrações do resultado
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2014	2013
Prêmios emitidos líquidos		137	221
Variações das provisões técnicas de prêmios		295	90
Prêmios ganhos	18	432	311
Sinistros ocorridos	19(a)	6	(94)
Custos de aquisição	19(b)	(1)	(4)
Outras receitas e despesas operacionais		4	
Resultado com resseguro	19(c)	(12)	(10)
Despesas administrativas	19(d)	(829)	(755)
Despesas com tributos	19(e)	(153)	(162)
Resultado financeiro	19(f)	839	864
Resultado antes dos impostos e participações		286	150
Imposto de renda	14	(37)	(11)
Contribuição social	14	(29)	(11)
Participações sobre o resultado	20(b)	(8)	(6)
Lucro líquido do semestre		212	122
Média ponderada do número de ações		179	165
Lucro líquido por ação - básico e diluído - R$	17(d)	1.184,36	739,39

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Kyoei do Brasil Companhia de Seguros

Demonstrações do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	2014	2013
Lucro líquido do semestre	212	122
Outros lucros abrangentes		
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	453	(1.512)
Efeito tributário	(181)	307
	272	(1.205)
Total do resultado abrangente do semestre	484	(1.083)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Kyoei do Brasil Companhia de Seguros

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Capital social	Aumento Capital em Aprovação	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Prejuízos acumulados	Ações em tesouraria	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	18.567		460	(2.048)	(2.296)	14.683
Ajustes com títulos e valores mobiliários (Nota 17)			(1.205)			(1.205)
Lucro líquido do semestre				122		122
Saldos em 30 de junho de 2013	18.567		(745)	(1.926)	(2.296)	13.600
Saldos em 1º de janeiro de 2014	18.567	1.000	(1.285)	(1.915)	(2.296)	14.071
Aprovação do aumento de capital, conforme portaria SUSEP nº 5768 de 11 de março de 2014 (Nota 17)	1.000	(1.000)				
Ajustes com títulos e valores mobiliários (Nota 17)			272			272
Lucro líquido do semestre				212		212
Saldos em 30 de junho de 2014	19.567		(1.013)	(1.703)	(2.296)	14.555

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Kyoei do Brasil Companhia de Seguros

Demonstrações do fluxo de caixa
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	2014	2013
Atividades operacionais		
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras	136	224
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(131)	(163)
Resultado das operações de seguros e resseguros	4	63
Pagamentos de despesas e obrigações	(345)	(615)
Constituição de depósitos judiciais	6	
Caixa consumido pelas operações	(330)	(491)
Impostos e contribuições pagos	(257)	(245)
Investimento financeiro	619	893
Aplicações	(2.324)	
Vendas e resgates	2.943	893
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	32	157
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	32	157
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	240	501
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	272	658
Ativos livres no início do semestre	13.198	13.616
Ativos livres no final do semestre	13.955	11.917
Aumento (Redução) nas aplicações financeiras - recursos livres	757	(1.699)

Kyoei do Brasil Companhia de Seguros

Demonstrações do fluxo de caixa
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais **(continuação)**

	2014	2013
Conciliação entre o lucro líquido do semestre e caixa líquido consumido nas atividades operacionais		
Atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	212	122
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	5	4
Resultado financeiro não realizado	(1.286)	(1.238)
	(1.069)	(1.112)
Variações de ativos e passivos		
Créditos das operações com seguros e resseguros	1	62
Ativos de resseguro	(6)	(5)
Títulos e créditos a receber	491	(220)
Contas a pagar	228	579
Débitos de operações com seguros e resseguros	10	(3)
Depósito de terceiros	(5)	1
Provisões técnicas – seguros	20	217
Outros passivos contingentes		(10)
Caixa consumido pelas operações	(330)	(491)
Impostos e contribuições pagos	(257)	(245)
Movimentação das aplicações financeiras	619	893
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	32	157

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Informações gerais

A Kyoei do Brasil Companhia de Seguros, denominada "Seguradora" ou "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objetivo social a exploração das operações de seguros de Pessoas e de Danos, em quaisquer das suas modalidades, como definidos na legislação em vigor, e que opera nos principais centros econômicos do País, além da participação em outras sociedades. A Seguradora atua, preponderantemente, nas operações do ramo vida individual. Com o advento da Circular nº 395 de 31 de dezembro de 2009, os ramos de Seguros de Pessoas em que a Kyoei opera foram classificados como: vida individual, vida em grupo, acidentes pessoais individual e dotal misto.

A composição acionária da Kyoei do Brasil Companhia de Seguros é de 88% da Pruserviços Participações Ltda., empresa do Grupo Prudential, a qual, caso necessário, aportará recursos para manutenção das atividades da Seguradora até o término da vigência dos contratos de seguro descritos anteriormente.

De acordo com a estratégia operacional adotada a partir de abril de 2005, a Seguradora não comercializa mais novas apólices de seguros nos ramos em que atua, dedicando-se exclusivamente a administrar seu "portfólio" de segurados do Ramo Vida Individual durante a sua vigência. As apólices de Seguro de Vida em Grupo extinguiram-se naturalmente nas respectivas datas aniversárias uma vez que a Seguradora não aceitou as suas renovações.

Os membros do Conselho de Administração, em reunião realizada em 28 de agosto de 2014, aprovaram o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2014, e também recomendaram sua aprovação à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, também realizada nesta data.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas têm sido aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Seguradora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 483, de 6 de janeiro de 2014.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas sejam significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A demonstração dos fluxos de caixa (DFC) foi elaborada pelo método direto e com a apresentação da conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, conforme permitido pela Circular SUSEP nº 483/14.

2.2 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, considerando as características dos ativos financeiros da Seguradora, incluem o dinheiro em caixa, contas bancárias e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos.

2.3 Ativos financeiros

(a) Classificação

A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. Durante o período de divulgação, não existiam ativos financeiros classificados nessa última categoria.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Títulos disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Mantidos até o vencimento

Os títulos e valores mobiliários, para os quais a administração possui intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a existência desses títulos. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários mantidos para venda até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos que não são cotados em mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para *impairment* (recuperação) a cada data de balanço.

Os recebíveis da Seguradora compreendem créditos junto à Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - DPVAT e créditos tributários e previdenciários provenientes de processos transitados em julgado.

(b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; no último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

A Seguradora avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está *impaired*.

(c) *Impairment* de ativos financeiros

Ativos negociados ao custo amortizado e disponíveis para venda

A Seguradora avalia mensalmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se houver evidência objetiva de i*mpairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e se aquele evento (ou eventos) de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que possa ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- ativos financeiros com 20% ou mais de perda não realizada durante 6 meses consecutivos;
- ativos financeiros com 50% ou mais de perda não realizada em qualquer período;
- ativos financeiros com consistente perda não realizada por pelo menos 1 ano;
- desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;

Adicionalmente, a Seguradora considera que um ativo financeiro está deteriorado, se tal ativo se encontra em algumas das situações descritas acima e a mesma tem a intenção de vender esse ativo ou entende que o mesmo não recuperará seu valor de custo amortizado até a data do vencimento.

A provisão para riscos sobre créditos é constituída sobre os prêmios a receber com período de inadimplência superior a 60 dias da data do vencimento do crédito. No caso de prêmios a receber, essa provisão se aplica aos riscos já decorridos e aos prêmios a receber vencidos e não pagos, cuja vigência já tenha expirado, na eventualidade de que a apólice, por qualquer motivo, não tenha sido cancelada.

Ainda para prêmios a receber, a provisão deve ser constituída levando em consideração a totalidade dos valores a receber de um mesmo devedor. Portanto, a provisão deverá incluir todos os valores devidos pelo mesmo devedor, independentemente de incluir valores a vencer.

A provisão para riscos sobre créditos para ativos de resseguros é constituída para àqueles com período de inadimplência superior a 365 dias da data do vencimento do crédito.

2.4 Custos de aquisição diferidos

A apropriação dos custos de aquisição ao resultado, deduzidos dos cancelamentos, restituições e resseguros, são feitos mensalmente quando ocorre o recebimento do prêmio. A Seguradora optou pelo não diferimento da despesa de comissão.

2.5 Avaliação de ativos de contratos de resseguro

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da pulverização de riscos.

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou de recebimento) dos mesmos com os resseguradores. A avaliação é realizada consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos aos resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro.

Para ativos de resseguros, a Kyoei opera com uma resseguradora local. Consequentemente não há evidências objetivas de *impairment*.

Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações para com os segurados.

2.6 Contratos de seguro

Conforme disposto no CPC 11, os contratos emitidos podem ser classificados como contratos de investimento ou contratos de seguro. Um contrato que assume apenas o risco financeiro ou que não transfere risco significativo é classificado como um contrato de investimento e avaliado segundo o CPC 38. Já um contrato que transfere um risco de seguro significativo, e que aceita indenizar o segurado se um evento específico, futuro e incerto afetá-lo adversamente, é classificado como um contrato de seguro e avaliado segundo o CPC 11. Os contratos de resseguro também são classificados como tipos de contrato de seguro, devido a sua natureza de transferência de risco de seguro.

A Seguradora procedeu à análise de seus negócios e determinou que suas operações são caracterizadas como contratos de seguro, na sua totalidade, segundo orientações contidas no CPC 11 e Carta-Circular SUSEP/DECON/GAB/ Nº007/08, assim como os contratos de resseguro mantidos pela Seguradora.

2.6.1 Avaliação de passivos originados de contratos de seguro

Segundo o CPC 11, a Seguradora contou com a isenção de utilizar as políticas contábeis anteriores, ou seja, BR GAAP (políticas e práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil e que estão relacionadas adiante) usada para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização dessa isenção, a Seguradora aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, dentre outras políticas aplicáveis. A Seguradora não aplicou os princípios de *Shadow Accounting* (ou Contabilidade Reflexa), já que não possui contratos cuja avaliação dos passivos, ou benefícios aos segurados, sejam impactados por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda segundo o CPC 38 que são registrados em reserva do patrimônio líquido. Adicionalmente, a Seguradora não identificou situações em que tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo CPC 11, na avaliação de contratos de seguro segundo seu GAAP anterior, ou BR GAAP. A Seguradora não identificou provisões para catástrofes não permitidas segundo o CPC 11 na data de adoção do mesmo.

Nos principais produtos da Seguradora, foram utilizadas Tábuas Biométricas masculinas e femininas devidamente reconhecidas e aprovadas pela legislação vigente, e que representam a melhor estimativa de mortalidade e de sobrevivência para a massa segurada.

Combinadas a essas Tábuas, foram usadas, conforme legislação vigente, taxas de juros limitadas a 6% ao ano, além de taxas de carregamento que variam em função da idade e do sexo do Segurado, respeitados os limites previstos em lei para os produtos de sobrevivência. Essas taxas são condizentes com as despesas administrativas e de comercialização da empresa.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas estão documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), com base nas legislações vigentes aplicáveis as sociedades seguradoras (Resolução CNSP nº 281/13 e Circular SUSEP nº 462/13) descritas a seguir:

Seguros de Pessoas, Vida Individual e Vida com Cobertura por Sobrevivência

(i) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

O cálculo da PPNG deve ser efetuado "*pro rata die*", tomando por base a razão entre o período a decorrer e o período total da cobertura de risco pelo prêmio comercial retido no mês de constituição de todos os contratos de seguros vigentes.

(ii) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da sociedade seguradora. Deve contemplar, quando necessário, os ajustes de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), se for o caso.

Com a publicação da Circular SUSEP nº 462/13, esta Provisão absorveu o saldo da Provisão de Benefícios a Regularizar, que foi extinta.

(iii) Provisão de Sinistros/Eventos Ocorridos e Não Avisados (IBNR)

A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo. A Kyoei do Brasil, por não possuir histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação de método próprio, calcula o valor da provisão segundo critério definido pela SUSEP na Circular SUSEP nº 448/12.

(iv) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)

A PMBaC abrange os compromissos assumidos pela Seguradora com os segurados, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício. É calculada mensalmente para as apólices em vigor, em função da idade e do sexo do segurado, do capital segurado e da periodicidade de pagamento dos prêmios, para fazer face aos compromissos da Seguradora com seus segurados antes do pagamento do Benefício.

(v) Provisão de Resgates ou Outros Valores a Regularizar (PVR)

A PVR abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a sociedade seguradora receptora.

(vi) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e é calculada conforme Nota Técnica Atuarial. Com a publicação da Circular SUSEP nº 462/13, esta provisão veio substituir a Provisão de Despesas Administrativas (PDA), que foi extinta.

(vii) Provisão de Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC é constituída se o resultado do Teste de Adequação de Passivos for positivo. Com a publicação da Circular SUSEP nº 462/13, esta provisão veio substituir a Provisão de Insuficiência de Contribuições e a Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIC/PIP), que foram extintas.

Seguros de Danos

(i) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da Seguradora, devendo contemplar os ajustes de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), se for o caso.

(ii) Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)

A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo.

2.6.2 Teste de Adequação do Passivo (TAP ou LAT - *Liability Adequacy Test*)

O CPC 11 introduziu o conceito de Teste de Adequação do Passivo que consiste na avaliação do passivo da Seguradora, considerando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro com certas provisões técnicas líquidas do ativo referente aos custos capitalizados exclusivamente relacionados com tais contratos. As regras e os procedimentos para a realização deste teste são os estabelecidos pela Circular SUSEP nº 457, de 14 de dezembro de 2012.

Na realização desses testes a Seguradora utilizou premissas correntes para projetar os fluxos de caixa futuros, sinistros e despesas administrativas.

As premissas de mortalidade e sobrevivência adotadas são as constantes nas tábuas brasileiras BR-EMS.

Foi utilizada a estrutura a termo de taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP referente ao IGPM e IPCA.

Na realização da projeção de fluxos de caixa, foram usados agrupamentos de contratos, de acordo com o definido pela Circular SUSEP nº 457/12, correspondendo a 11 grupos. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor presente das estimativas correntes dos fluxos de caixa de todos os tipos de contrato e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

Caso o valor presente dos fluxos de caixa futuros seja inferior aos passivos definidos em norma específica, líquidos dos custos diferidos de aquisição e dos ativos intangíveis, é necessário reconhecer a perda imediatamente e constituir provisões adicionais na data do teste. Os riscos originados pelos contratos de seguro mantidos pela Seguradora decorrem de eventos de morte por qualquer causa, morte acidental, invalidez por acidente, invalidez por doença e indenização especial por morte por doença específica. Tais eventos são específicos, futuros e incertos e por estes motivos requerem análises de premissas que precisam ser consideradas na constituição dos passivos da Seguradora.

O resultado do Teste de Adequação de Passivo realizado para a data de 30 de junho de 2014 demonstrou a necessidade de ajustar as provisões. Assim, o saldo da PCC em 30 de junho de 2014 é de R$ 1.256 (31 de dezembro de 2013 – R$ 1.495) (Nota 15).

2.7 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação, pelo método linear, tem como base taxas que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens, descritas na Nota 11.

2.8 *Impairment* de ativos não-financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPCs como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros os ativos são agrupados no menor nível em que a Seguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs).

2.9 Passivos financeiros (demais passivos circulante e não circulante)

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social correntes

Os referidos tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. Sendo assim, a provisão para Imposto de Renda foi calculada à alíquota de 15% nos meses em que a Seguradora apurou lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, e a contribuição social sobre o lucro à alíquota de 15%.

A Seguradora não registra imposto de renda e contribuição social diferidos, por considerar que, presentemente, não existe expectativa futura de realização.

2.11 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.12 Políticas contábeis de reconhecimento de receita

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:

- Receitas e despesas operacionais, patrimoniais e administrativas estão registradas pelo regime de competência.
- A apropriação dos prêmios é contabilizada por ocasião da emissão das apólices, estando diferida de acordo com o prazo de vigência das mesmas.
- Os prêmios, comissões, provisões técnicas e sinistro a liquidar, decorrentes de operações de retrocessão, estão registrados pelos valores fornecidos pelo IRB - Brasil Resseguros S.A.
- A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, por meio do método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do período, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa efetiva de juros. A Seguradora continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do período.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseia na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

O componente em que a administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de seguros ou passivos atuariais da Seguradora. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar ao longo dos anos. A Seguradora usa todas as fontes de informação disponíveis (internas e externas) sobre experiências passadas e indicadores que possam influenciar nas tomadas de decisão da administração e dos atuários, para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros, para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido, em conformidade com as Condições Gerais/Regulamentos e Notas Técnicas Atuariais protocoladas/aprovadas na SUSEP.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente, em datas futuras, para o pagamento das obrigações devidas, pois, quando provisionados, tais valores representam estimativas.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos sinistros judiciais, uma vez que experiências passadas e indicadores podem não refletir a realidade de decisões judiciais.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Seguradora possui processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto, na data de preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com o CPCs. Consequentemente, o processo utilizado pela administração para contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a avaliação do Departamento Jurídico e dos Consultores Legais externos a partir de uma análise individualizada. Para os processos cíveis e trabalhistas classificados como perda remota ou razoavelmente possível, não é registrada provisão, esta é feita somente para os processos prováveis.

Adicionalmente, a Seguradora utiliza seu melhor julgamento sobre esses casos, informações históricas de perdas onde existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição dessas provisões segundo o CPC 25.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de *impairment* de ativos financeiros

Conforme requerido pelo CPC, a Seguradora aplica as regras de análise de *impairment* para créditos individualmente significativos, bem como premissas para avaliação de *impairment* para grupos de ativos de riscos similares em uma base agrupada. Nessa área, a Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo prêmios a receber de segurados e créditos a receber de concessões de empréstimo a clientes.

4 Estrutura de gerenciamento de risco

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente demanda regulatória por um ambiente focado em controles internos e pelo fato de possibilitar à administração o alinhamento da estratégia da Companhia com o seu apetite por risco. Por essa razão, o gerenciamento de riscos é utilizado no suporte às áreas internas para conhecimento dos seus processos, assim como para identificação e avaliação dos riscos.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos da Seguradora conta com a participação de toda a Companhia e está alinhado com as políticas internas da Kyoei do Brasil Companhia de Seguros.

4.1 Descrição dos riscos nas operações

O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de riscos: Seguro e Financeiro (subdividido em risco de crédito, liquidez, de mercado e capital).

4.1.1 Gestão de risco de seguro

O gerenciamento de risco de seguros é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro de vida, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, aos ativos que suportam esses contratos.

A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato em que haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e em que haja incerteza sobre a frequência e/ou o valor do benefício/indenização resultante dos eventos cobertos.

Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles em que a Seguradora possui a obrigação de pagar um benefício adicional significativo aos seus segurados. Estes são classificados por meio da comparação entre cenários em que o evento ocorra, afetando os seguradores de forma adversa, e cenários em que o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, seu risco é incerto e, consequentemente, está sujeito a oscilações.

Para um grupo de contratos de seguro em que a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que os sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros.

Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e os benefícios pagos aos segurados são maiores do que o previamente estimado, segundo a metodologia de cálculo destes passivos.

A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora usa estratégias de diversificação e pulverização de riscos, além de uma política de resseguro, que considera resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado.

(a) Estratégia de subscrição

De acordo com a estratégia operacional adotada a partir de abril de 2005, a Seguradora não comercializa mais novas apólices de seguros nos ramos em que atua. Se a Seguradora optar por retornar a comercializar, os manuais operacionais serão revistos com o objetivo de estabelecer uma estratégia de subscrição, de forma a garantir a qualidade dos serviços aos Clientes e aos Corretores, em nível nacional, conforme os parâmetros e prazos legais estabelecidos por Órgãos Reguladores do Mercado Segurador.

(b) Estratégia de resseguro

A estratégia de resseguro da Seguradora tem como principal finalidade a pulverização dos riscos por meio da cessão ou da transferência ao ressegurador de parte do capital segurado que exceda o limite de retenção da Seguradora.

O contrato de resseguro engloba os seguintes riscos: morte por qualquer causa, morte acidental, invalidez permanente e total por acidente e invalidez permanente e total por doença.

A Seguradora mantém estudos constantes para análise do valor do limite de retenção, com o objetivo de manter o equilíbrio entre o risco assumido e o transferido para o ressegurador.

(c) Casamento de ativos e passivos (ALM)

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente a capacidade de manter o balanceamento de ativos e passivos.

O casamento de ativos e passivos é monitorado mensalmente.

(d) Gerenciamento de risco por segmento de negócios

A Seguradora opera exclusivamente com seguro de pessoas. O monitoramento da carteira realizado considera as seguintes ferramentas: (i) análises de sensibilidade; (ii) acompanhamento de sinistralidade; (iii) casamento de ativos e passivos.

(e) Seguros de vida

O seguro de vida é de natureza de longo prazo, e por esse motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimento, despesas, taxas de mortalidade e persistência em relação às políticas vigentes para cada unidade de negócios. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados ao seguro de vida incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa, longevidade e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto. Isto se deve ao fato de alguns produtos pagam se a pessoa morre, enquanto outros produtos pagam quantias regulares pelo tempo em que o segurado permanecer vivo.

- Risco de comportamento do segurado, incluindo experiência de persistência. Taxas baixas de persistência podem fazer com que menos apólices/contratos de seguros permaneçam contratados (ativos/em vigor) para ajudar a cobrir despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto em todos os tipos de produtos.

- O risco do seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade e à exposição da experiência operacional pior do que foi prevista em relação a fatores como níveis de persistência e despesas de administração.

- Risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimento e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

- O seguro de acidentes inclui, entre outros, riscos de mortalidade, morbidade e taxa de juros resultantes dos contratos de seguro de acidentes.

- Além dos riscos específicos listados acima, todas essas linhas de negócio expõem a Seguradora a riscos de vencimento, resgate e despesas.

Determinados contratos de seguro de vida contêm garantias para as quais foram registradas obrigações referentes a benefícios adicionais e garantias mínimas.

Os riscos de seguro de vida individual são gerenciados da seguinte forma:

- Riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro.
- O risco de longevidade é cuidadosamente monitorado em relação aos dados mais recentes e às tendências do ambiente em que operam a Seguradora e as empresas ligadas a ela. A administração monitora a exposição ao risco de longevidade e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A administração utiliza estratégias de resseguro para reduzir os riscos da longevidade quando possível e desejável.
- O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência em comparação com as informações do mercado. A administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência, com o objetivo de monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar a retenção de apólices que possam prescrever.
- O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o acompanhamento frequente dos níveis de despesa.

A provisão técnica de benefícios a conceder correspondente aos ramos do seguro de vida têm como objetivo registrar o valor atual das responsabilidades futuras, de acordo com premissas revistas nas apólices/contratos de seguros, e é calculada com base em métodos atuariais definidos em Notas Técnicas Atuariais (NTA) devidamente protocoladas/aprovadas na SUSEP.

(f) Resultados do teste de sensibilidade

Os resultados dos testes de sensibilidade realizados por esta Seguradora no Teste de Adequação de Passivos estão apresentados abaixo. Para cada teste de sensibilidade, é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas uma única variável.

Conforme previsto na Circular SUSEP nº 484/14, as variáveis estudadas foram: taxas de juros e mortalidade (frequência e severidade) , já que a Seguradora não possui a opção de conversão em renda para avaliação de premissas para compor os testes de sensibilidades. Dessa forma, as duas variáveis mencionadas anteriormente são de natureza relevante.

Foram utilizadas pela administração da Seguradora nos testes de sensibilidade apenas as variáveis de alta relevância, que são: redução e aumento de 1,5% ao ano nas taxas de juros e redução e aumento de 10% ao ano nas incidências de mortalidade e de invalidez.

Segue tabela demonstrando os impactos no resultado e no patrimônio líquido considerando as seguintes alterações possíveis nas variáveis de risco relevantes na data do balanço:

	Resultado dos testes de sensibilidade		Efeito no resultado		Efeito no patrimônio líquido	
Teste de sensibilidade	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Aumento de juros em 1,5% ao ano	490	490	(763)	(763)	(763)	(763)
Redução de juros em 1,5% ao ano	2.226	2.226	973	973	973	973
Aumento de 10% ao ano na incidência de sinistro	1.334	1.334	81	81	81	81
Redução de 10% ao ano na incidência de sinistro	1.006	1.006	(247)	(247)	(247)	(247)

(g) Limitações da análise de sensibilidade

O quadro acima demonstra o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidades não são lineares, e impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que ocorra qualquer movimentação no mercado. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

(h) Concentração de riscos

A carteira da Seguradora é composta por Seguros de Pessoas Individuais. Assim, concluiu-se que não se faz necessário analisar a concentração de riscos por região, mas sim por cobertura segurada. Nesse sentido, temos as seguintes concentrações definidas por tipo de evento, em que pode-se verificar claramente a concentração nos principais eventos relacionados aos ramos de atividade da Seguradora (Morte e Invalidez), e a pouca oscilação de concentração entre os períodos analisados.

	Percentual do capital - bruto de resseguro	
Evento	**30 de junho de 2014**	**31 de dezembro de 2013**
Morte qualquer causa	9,98	9,98
Capital segurado especial	0,53	0,52
Morte acidental	49,89	49,89
Invalidez por acidente	19,96	19,96
Invalidez por doença	19,64	19,65
	100,00	100,00

	Percentual do capital - líquido de resseguro	
Evento	**30 de junho de 2014**	**31 de dezembro de 2013**
Morte qualquer causa	10,97	10,92
Capital segurado especial	0,61	0,60
Morte acidental	46,61	46,77
Invalidez por acidente	21,03	20,97
Invalidez por doença	20,78	20,74
	100,00	100,00

4.1.2 Gestão de riscos financeiros

A Seguradora está exposta a riscos financeiros associados a sua carteira de aplicações. Para mitigar esses riscos é utilizada uma abordagem de gestão de ativos e passivos no tempo (*Asset Liability Management - ALM*), além de serem levados em consideração os requerimentos regulatórios e o ambiente econômico nos quais são conduzidos os negócios da Seguradora e investidos os ativos financeiros. Essa abordagem está alinhada com os requerimentos de análise exigidos pelos CPCs e com o conceito econômico de gestão de capital necessário para garantir a solvência e os recursos de caixa necessários à operação.

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias:

(a) risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas que se deram por oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira;

(b) risco de liquidez, que está relacionado a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Seguradora; e

(c) risco de crédito, associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

A política de gestão de riscos da Seguradora tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para evitar perdas decorrentes de oscilações de preços que venham a impactar os resultados de forma adversa. Seguindo essa política, a Seguradora busca diversificar as aplicações em vários mercados, visando garantir retornos de capital durante um período sustentável no lugar de concentrar exposições a fatores de riscos que possam destruir o valor dos negócios.

A Seguradora utiliza análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes consideram cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros. Seus resultados são utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora.

4.1.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e de ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora.

A administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, por meio do monitoramento e do cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares. Também é levada em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

A Seguradora utilizou a análise do fluxo de caixa demonstrado a seguir para cálculo de valor justo dos ativos financeiros em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

	30 de junho 2014						
	Fluxo de caixa contratual e não descontado						
Composição da carteira	**Sem vencimento**	**0 a 30 dias**	**1 a 6 meses**	**6 a 12 meses**	**Acima de 1 ano**	**Total**	**Saldo contábil**
Disponíveis para venda							
Ativos pós-fixados							
Públicos							
Indexados a inflação			357		16.186	16.543	16.543
Atrelados a Selic			3.857	1.857		5.714	5.714
Empréstimos e recebíveis							
Caixa e equivalentes de caixa	272					272	272
Prêmios a receber		5				5	5
Ativos de resseguros	170					170	170
Títulos e créditos a receber	235					235	235
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	677	5	4.214	1.857	16.186	22.939	22.939

	31 de dezembro de 2013						
	Fluxo de caixa contratual e não descontado						
Composição da carteira	**Sem vencimento**	**0 a 30 dias**	**1 a 6 meses**	**6 a 12 meses**	**Acima de 1 ano**	**Total**	**Saldo contábil**
Ao valor justo através do resultado							
Ativos pós-fixados							
Privados							
Atrelados ao CDI	150					150	150
Disponíveis para venda							
Ativos pós-fixados							
Públicos							
Indexados a inflação			460	472	14.800	15.732	15.732
Atrelados a Selic				5.353	83	5.436	5.436
Empréstimos e recebíveis							
Caixa e equivalentes de caixa	240					240	240
Prêmios a receber		2				2	2
Ativos de resseguros	164					164	164
Títulos e créditos a receber	726					726	726
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	1.280	2	460	5.825	14.883	22.450	22.450

Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Quando determinadas contrapartes não possuem *rating* de crédito estabelecidos por agências de crédito reconhecidas no mercado, a administração utiliza o conhecimento e a experiência de mercado para classificar essa contraparte em sua grade de riscos. Entretanto, essas situações são amplamente discutidas e avaliadas antes da Seguradora adquirir certos ativos e há restrições sobre as áreas operacionais, para limitar a exposição ao risco de crédito em casos de ativos emitidos por contrapartes, e se essas contrapartes não possuírem *rating* de crédito.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros e ativos de resseguro detidos pela Seguradora distribuídos por *rating* de crédito fornecidos por agências renomadas de *rating*. Os ativos classificados na categoria "sem rating" compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil

	30 de junho de 2014			
Composição da carteira por classe e por categoria contábil	**AAA (Fitch - Escala Nacional)**	**BBB**	**Sem Rating**	**Saldo contábil**
Disponíveis para venda				
Ativos pós - fixados				
Públicos		22.257		22.257
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa			272	272
Prêmios a receber			5	5
Ativo de resseguro			170	170
Títulos e créditos a receber			235	235
Exposição máxima ao risco de crédito	-	22.257	682	22.939

	31 de dezembro de 2013			
	AAA (Fitch - Escala Nacional)	**BBB (Fitch - Escala Nacional)**	**Sem rating**	**Saldo contábil consolidado**
Ao valor justo através do resultado				
Ativos pós-fixados				
Privados	150			150
Disponíveis para venda				
Ativos pós-fixados				
Públicos		21.168		21.168
Empréstimo e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa			240	240
Prêmios a receber de segurados			2	2
Ativos de resseguro			164	164
Títulos e créditos a receber			726	726
Exposição máxima ao risco de crédito	150	21.168	1.132	22.450

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida quando, em certas situações, a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira), se os pagamentos dos prêmios não forem efetuados na data de vencimento.

A política de emissão de apólices leva em conta todos os aspectos e políticas de qualidade na aceitação de risco de seguro e também uma análise criteriosa da qualidade de risco de crédito dos segurados (análise financeira) em que confirmamos o perfil de risco dos segurados.

(a) Exposições ao crédito de seguro

A Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradora local (IRB-Brasil Re).

Essa exposição é monitorada regularmente contra a previsão que foi feita para a mesma até a sua conclusão, com relação a qualquer deficiência no histórico das indenizações, para verificar que o contrato está progredindo de acordo com o previsto e que nenhuma exposição adicional irá surgir.

O risco de crédito relacionado a prêmios a receber foi tratado na Nota 2.3(c).

4.1.2.2 Risco de liquidez

A gestão de risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações. São elaboradas análises diárias de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar esse risco.

Adicionalmente, é mantida uma "Carteira de Liquidez", constituída por investimentos de curto prazo, para cobrir eventuais cenários de *stress*. Esses investimentos são destinados para atender as necessidades de caixa de curto prazo.

(a) Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobertura de altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural.

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A tabela abaixo demonstra o agrupamento dos passivos para análise de liquidez. Todos os passivos financeiros são apresentados em uma base de fluxo de caixa contratual com exceção dos passivos de seguro que estão apresentados pelos fluxos de caixa esperados, sendo estes registrados no não circulante.

	30 de Junho de 2014		
	0- 1 ano	**>5 anos**	**Valor contábil**
Passivos de seguro	970	7.334	8.304
Total das obrigações contratuais	970	7.334	8.304

	Passivos de contratos de seguros em 2013		
	0- 1 ano	**>5 anos**	**Valor contábil**
Passivos de seguro	952	7.332	8.284
Total das obrigações contratuais	952	7.332	8.284

4.1.2.3 Risco de mercado

É o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade de variáveis existentes no mercado (taxa de juros, inflação e etc.), causada por fatores adversos. Mais especificamente, o risco de mercado nas operações pode ser entendido como: risco na taxa de juros e risco da inflação.

A tabela a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos sobre os ativos financeiros da Seguradora, levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado e sobre o patrimônio líquido da Seguradora.

		30 de Junho de 2014		
Classes	**Premissas**	**Saldo contábil**	**Variação - resultado / Patrimônio Líquido**	**Saldo projetado**
Ativos				
Indexados à Inflação	Aumento de 1,5 % na taxa Cupom	16.543	(893)	15.650
Atrelados à Selic	Com alta de 1,0% ponto base na SELIC com relação ao realizado	5.714	57	5.771
Total		**22.257**	**(836)**	**21.421**

		31 de dezembro de 2013		
Classes	**Premissas**	**Saldo contábil**	**Variação - resultado/ patrimônio líquido**	**Saldo projetado**
Ativos				
Indexados à Inflação	Aumento de 1,5 % na taxa Cupom	15.732	(690)	15.042
Atrelados à Selic	Com alta de 1,0% ponto base na SELIC com relação ao realizado	5.586	56	5.642
		21.318	(634)	20.684

(a) Taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Seguradora incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que diminuam as receitas financeiras relativas a aplicações financeiras. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para se proteger do risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Taxa de inflação

Devido à grande variação ocorrida em 2008 entre o IGPM e o IPCA, a área de investimentos passou a buscar alternativas para minimizar o efeito da inflação, uma vez que a maior parte do passivo ainda está atrelada ao IGPM enquanto os ativos financeiros, em sua maioria, estão atrelados ao IPCA.

Assim, foram adquiridos papéis atrelados ao IGPM, tais como, os do mercado secundário NTN-C (indexadas ao IGPM). Ainda assim, entendemos que esse risco é baixo, já que a estimativa de mercado para os dois índices é de que fiquem próximos. Contudo, a administração continua monitorando e buscando alternativas para minimizar os descolamentos que possam ocorrer.

(c) Gerenciamento de risco de mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas. Esse risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos. O intuito é evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, por conta da elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados.

(d) Controle do risco de mercado

O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

O controle do risco de mercado é acompanhado pelas áreas Atuariais e de Investimento, cujas principais atribuições são:

- analisar o cenário político-econômico nacional e internacional;
- avaliar e definir os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais;
- definir a política de liquidez;
- acompanhar os limites operacionais de descasamento de ativos e passivos; e
- elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de *stress* para as posições da Seguradora.

4.1.2.4 Gestão de risco de capital

(a) Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital na Seguradora procura otimizar a relação risco *versus* retorno para minimizar perdas. Para isso, são usadas estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência (Resolução CNSP nº 55/01) e/ou Capital Mínimo Requerido (Resolução CNSP nº 228/10, Resolução CNSP nº 280/13, Resolução CNSP nº 283/13 e Resolução CNSP nº 302/13).

(b) Cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência

A seguir detalhamos o cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência da Seguradora, as composições do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e da Margem de Solvência, que podem ser resumidas desta forma:

	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Patrimônio líquido contábil	14.555	14.071
Patrimônio líquido ajustado	14.555	14.071
Capital base - CB (1)	13.800	13.800
Capital risco de subscrição (i)	108	103
Capital risco de crédito	27	84
Capital risco operacional (ii)	7	7
Capital total considerando correlação (2)	132	169
Capital mínimo requerido [(3) = máximo (1) e (2)] (iii)	13.800	13.800
Patrimônio líquido ajustado	14.555	14.071
(-) Exigência de capital - EC superior a (4)	(13.800)	(13.800)
Suficiência de capital	755	271

(i) Em 30 de janeiro de 2013 entrou em vigor a Resolução CNSP nº 280 de 2013, que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco de subscrição das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.

(ii) Em 30 de janeiro de 2013 entrou em vigor a Resolução CNSP nº 283 de 2013, que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco operacional das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.

(iii) Em 1º de janeiro de 2014 entrou em vigor a Resolução CNSP nº 302 de 2013, que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital mínimo requerido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. Este passou a ser calculado pelo máximo entre a margem de solvência, capital base e o capital de riscos de subscrição, de crédito e operacional, considerando correlação entre tais riscos.

5 Caixa e equivalente de caixa

	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Caixa	2	2
Contas bancárias	270	238
	272	240

6 Aplicações financeiras - circulante e não circulante

Todos os ativos financeiros são mantidos em reais. A Seguradora não possui ativos reconhecidos como mantidos até a data de vencimento.

(a) Composição

		30 de junho de 2014				
	Vencimento	Custo atualizado	Valor de mercado	Ganhos (perdas) não realizados	% aplicado	%Taxa de juros contratada
Nível 1						
Títulos disponíveis para venda		23.271	22.257	(1.013)	100%	
Títulos públicos federais - LFT	2014	3.858	3.857	(1)	17%	
Títulos públicos federais - LFT	2015	1.858	1.857	(0)	8%	
Títulos públicos federais - NTN - B	2016	8.854	8.547	(306)	39%	3,37%
Títulos públicos federais - NTN - B	2020	6.577	6.091	(487)	27%	4,28%
Títulos públicos federais - NTN - B	2022	2.124	1.905	(219)	9%	4,13%
Total aplicações financeiras		23.271	22.257	(1.013)	100%	

		31 de dezembro 2013				
	Vencimento	Custo atualizado	Valor de mercado	Ganhos (perdas) não realizadas	% aplicado	% -Taxa de juros contratada
Nível 1						
Títulos disponíveis para venda		22.453	21.168	(1.285)	99	
Títulos públicos federais - LTN	2014	5.354	5.353	(1)	25	
Títulos públicos federais - LFT	2015	83	83	(0)	0	
Títulos públicos federais - NTN - B	2016	8.604	8.209	(395)	39	3,37
Títulos públicos federais - NTN - B	2020	6.359	5.742	(617)	27	4,28
Títulos públicos federais - NTN - B	2022	2.053	1.781	(272)	8	4,13
Nível 2						
Títulos para negociação		150	150		1	
FIQFI Profit Premium DI		150	150		1	
Total das aplicações financeiras		22.603	21.318	(1.285)	100	

(b) Títulos disponíveis para venda

Conforme Circular SUSEP nº 483/14, a Seguradora classificou suas aplicações como "Títulos disponíveis para venda", segundo demonstrado na tabela acima.

O valor de mercado para os títulos públicos foi baseado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

(c) Títulos para negociação

As quotas de fundos de investimentos são apresentadas pelo valor das quotas dos fundos na data das demonstrações financeiras, como informado por seus administradores e correspondem a aplicações em fundos abertos.

Conforme determina a Circular SUSEP nº 483/14, os títulos classificados na categoria "Para negociação" são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento dos

títulos.

(d) Movimentação das aplicações financeiras

Conforme Circular SUSEP nº 483/14, a Seguradora realizou movimentações das aplicações financeiras, de acordo com o demonstrado na tabela abaixo:

Saldo em 1º de janeiro de 2013	21.475
Aplicações	21.317
Resgates	(21.587)
Receita	2.164
Ajuste valor de mercado	(2.051)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	21.318
Aplicações	2.324
Resgates	(2.943)
Receita	1.286
Ajuste valor de mercado	272
Saldo em 30 de junho de 2014	22.257

(e) Estimativa do valor justo

Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados a mercados, ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia, e mensuração a valor de mercado, que são Nível 1 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos e Nível 2 - outras informações disponíveis (exceto aquelas do Nível 1), incluindo os preços cotados em mercados não ativos ou para instrumentos similares, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser derivadas de informações observadas no mercado.

Classificam-se como Nível 1:

- Títulos de renda fixa (públicos e operações compromissadas com lastros com títulos públicos) - calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA;

- Títulos de renda variável e ações de companhia de capital aberto cotadas em bolsa de valores ou mercado de balcão e instrumentos financeiros derivativos.

Classificam-se como Nível 2:

- Certificado de depósitos bancários (CDB) e Depósito a prazo garantia especial (DPGE) - são títulos privados pós fixados em CDI, Selic ou índice de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o *spread* de crédito;

- Debêntures (privados) - calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação de mercado.

- Fundo de Investimentos Exclusivos - calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

	Nível 1		Nível 2	
	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Ao valor justo por meio de resultado				
Fundos abertos				150
Total fundos abertos				150
Títulos disponíveis para venda				
Títulos de renda fixa				
Letra Financeira do Tesouro - LFT	5.714	5.436		
Notas do Tesouro Nacional - NTN Série B	16.543	15.732		
Total de carteira própria	**22.257**	**21.168**		
Total dos ativos financeiros	**22.257**	**21.168**		150

(f) *Impairment* dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são analisados com base no descrito no item 2.3. Na data do balanço a Seguradora não identificou ativos financeiros enquadrados na política de *impairment*.

7 Prêmios a receber

O montante de prêmios a receber em 30 de junho de 2014, registrado na rubrica "Prêmios a Receber", no ativo circulante, é de R$ 5, líquido de IOF. Não existe histórico de inadimplência esperada dos prêmios. Por esse motivo, a Seguradora não realizou constituição para redução do valor recuperável. O montante registrado nessa rubrica apresenta vencimento de 1 a 30 dias e a Seguradora não apurou prêmios vencidos.

A carteira de Vida é anualizada, e os pagamentos são realizados em sua totalidade de forma mensal.

8 Ativos de resseguro

O contrato com a resseguradora IRB-Brasil Resseguros S.A. engloba os riscos de Morte por Qualquer Causa, Morte Acidental, Invalidez Permanente e Total por Acidente e por Doença. Tal contrato apresenta cláusulas que fazem com que o IRB acompanhe a Seguradora nos riscos e coberturas listados acima, garantidas nos produtos da Kyoei.

	Ativos de contratos de resseguros	
Descrição	**30 de junho de 2014**	**31 de dezembro de 2013**
Provisão matemática de benefícios a conceder	1	1
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	1	1
Provisão de sinistros a liquidar	168	162
	170	164

(a) Percentual do ressegurador

Em linha com o contrato atual mantido com a resseguradora IRB-Brasil Resseguros S.A., os percentuais de capitais e vidas resseguradas estão de acordo com as tabelas abaixo, nas quais pode-se observar pequenas variações, já esperadas, com o decorrer do tempo e, não se verifica nenhuma concentração mais expressiva em qualquer cobertura que mereça maior destaque.

	Percentual do capital ressegurado	
Ramo	**30 de junho de 2014**	**31 de dezembro de 2013**
Morte qualquer causa	4,44	4,26
Morte acidental	18,79	18,01
Invalidez por acidente	8,42	8,07
Invalidez por doença	8,02	7,67

	Percentual de vidas resseguradas	
Ramo	**30 de junho de 2014**	**31 de dezembro de 2013**
Morte qualquer causa	1,63	1,57
Morte acidental	32,56	30,11
Invalidez por acidente	5,58	4,94
Invalidez por doença	5,41	4,77

(b) Discriminação dos resseguradores

Em 2013 e 2014, a Seguradora manteve um único contrato de resseguro, no qual todas as vidas são resseguradas com a IRB-Brasil Resseguros S.A.

(c) Redução ao valor recuperável

Um ativo por contrato de resseguro perde valor recuperável se, e somente se, houver evidências objetivas, como resultado de evento ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo por contrato de resseguro, de que a cedente possa não receber todo o valor relacionado a ele nos termos do contrato, além do impacto desse evento no valor que a cedente tem a receber da resseguradora poder ser mensurado de forma confiável.

Nesse contexto, considerando que a atual resseguradora contratada é uma resseguradora local, possuindo fator de risco mínimo - conforme norma da SUSEP, além de melhor classificação de risco emitida por agências classificadoras, toda a análise feita pela Seguradora conclui que não há perda de valor recuperável.

9 Créditos das operações com seguros e resseguros

Referem-se aos créditos junto à Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - DPVAT provenientes dos desembolsos efetuados pela Seguradora a título de pagamento de indenizações referente às ações judiciais envolvendo o Convênio DPVAT.

Esses créditos são recebidos pela Seguradora à medida da análise das documentações pertinentes pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - DPVAT.

10 Títulos e créditos a receber

(a) Circulante

	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Adiantamentos a funcionários/administrativos	7	
Créditos a receber	195	195
Créditos Tributários e Previdenciários	13	106
	215	301

(b) Não circulante

	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Depósitos judiciais e fiscais (*)		405
Outros créditos a receber	20	20
	20	425

(*) Em janeiro de 2014, foi recebido o valor de R$ 405 que estava bloqueado judicialmente do Processo Insubase, processo nº 000028750.1993.8.26.0602, que tramitou na 4ª Vara Cível da Comarca de Sorocaba.

11 Imobilizado

(a) Saldo contábil

	Taxa anual de depreciação - %	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Equipamentos	10	94	94
Depreciação acumulada		(53)	(48)
		41	46

(b) Movimentação dos ativos

	Equipamentos
Em 31 de dezembro de 2013	
Saldo inicial	55
Depreciação	(9)
Saldo contábil, líquido	46
Em 30 de junho de 2014	
Saldo inicial	46
Depreciação	(5)
Saldo contábil, líquido	41

12 Obrigações a pagar

O saldo de outras obrigações é composto por:

	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Fornecedores	30	76

13 Outros débitos - provisões judiciais

Os passivos contingentes decorrentes de litígios fiscais estão amparados por provisões registradas no passivo não circulante. Tais provisões estão baseadas na avaliação da possibilidade de perda pelos consultores jurídicos da Seguradora, os quais utilizam o exame da jurisprudência (judicial ou administrativa), para fins de sua classificação.

	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Trabalhistas	16	16

(a) Contingências trabalhistas e cíveis

Em 30 de junho de 2014, as contingências trabalhistas referem-se aos pedidos de vínculo empregatício e direito trabalhista, inclusive verbas rescisórias, compreendendo 1 processo judicial (31 de dezembro de 2013 - 2) com possibilidade provável de perda, conforme julgamento dos consultores jurídicos, no montante de R$ 16 (31 de dezembro de 2013 - R$ 16).

Adicionalmente, as ações trabalhistas e cíveis enquadradas como perdas possíveis e remotas, bem como a quantidade de ações existentes, podem ser assim resumidas:

	30 de junho de 2014			
	Possíveis		Remotas	
	Quantidade	Valor de risco	Quantidade	Valor de risco
Contingências trabalhistas	1	3	0	

	30 de junho de 2014			
	Possíveis		Remotas	
	Quantidade	Valor de risco	Quantidade	Valor de risco
Contingências cíveis	-	-	-	-

Conforme Circular SUSEP nº 483/14, não é constituída provisão para essas ações.

14 Imposto de renda e contribuição social

(a) Base de cálculo

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Resultadado antes dos tributos e partipações	286	150	286	150
Exclusões				
(-) Outros	(8)		(8)	
(-) Compensação parcial de prejuízos fiscais 30%	(83)	(43)	(83)	(43)
Base de cálculo	195	107	195	107
Alíquota Básica e Adicional	25%	15%	15%	15%
Imposto de renda e contribuição social	(37)	(16)	(29)	(16)
Imposto de renda e CSLL correntes	(37)	(16)	(29)	(16)
Prejuízo fiscal/base negativa de contribuição social	-	(43)		(43)
Adições/exclusões temporárias	-	6		6
Base de cálculo diferido	-	(37)		(37)
Alíquota	15%	15%	15%	15%
IRPJ e CSLL diferidos	-	5		5
Imposto de renda e contribuição social no resultado do semestre	(37)	(11)	(29)	(11)

(b) Créditos tributários

Não foram constituídos créditos diferidos relativos aos prejuízos fiscais acumulados, no valor total de R$ 1.186 e base negativa de contribuição social, no valor de R$ 727, pois, já que, no presente, a Seguradora não tem expectativa de realização em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pela SUSEP para registro dos referidos créditos.

(c) Adoção antecipada da Lei nº 12.973

No dia 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 de 2013 que revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) e trouxe outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iii) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A disposições previstas na MP convertida em Lei têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação da MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que não há efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

15 Provisões técnicas

(a) Composição

	30 de junho de 2014							
	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficiente-mente avisados (IBNER)	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de resgates a regularizar	Provisão de despesas relacionadas	Provisão complementar de cobertura	Total
Vida individual, vida com cobertura por sobrevivência e pessoas	5.876	12	18	500	241	202	1.256	8.105
Danos (retrocessão)		2		197				199
	5.876	14	18	697	241	202	1.256	8.304

	31 de dezembro de 2013							
	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficiente-mente avisados (IBNER)	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de resgates a regularizar	Provisão de despesas relacionadas	Provisão complementar de cobertura	Total
Vida individual, vida com cobertura por sobrevivência e pessoas	5.642	26	18	489	224	195	1.495	8.089
Danos (retrocessão)		2		193				195
	5.642	28	18	682	224	195	1.495	8.284

(b) Sinistros judiciais

As principais ações de sinistros judiciais, bem como suas descrições sumárias, podem ser assim resumidas:

Sinistros judiciais	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Quantidade total de processos acumulados	2	3
Valor de abertura (*)	465	453
Valor de pagamento (**)		446
Prazo médio pendente de pagamento (***)		
Probabilidade de perda (quantidade)		
Provável	1	3
Remota	1	

(*) Consideramos como valor de abertura o valor dos pedidos, que em muitos casos pode ser ilíquido ou um percentual do valor da apólice, somado a devolução de prêmios ou danos morais.

(**) Processo a que se refere o pagamento ainda não teve baixa definitiva e portanto consta na quantidade total de processos acumulado.

(***) A Seguradora não tem histórico para cálculo do prazo médio pendente de pagamento. Para os casos judiciais a Seguradora considera um prazo médio para pagamento em torno de oito até dez anos, no caso de decisão do judiciário.

16 Tabela de desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia a medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Tabela de desenvolvimento de sinistros	2008	2009	2010	2011	2012	2013	30 de junho de 2014
Provisões para sinistros no fim do período anterior	736	697	814	775	531	484	488
Sinistros	217	290	117	(215)	39	156	178
No ano do evento	181	226	125	(22)	86	138	153
Um ano após o evento	31		13			15	15
Dois anos após o evento			5				
Três anos após o evento	(65)			8			
Cinco anos após o evento		27	1				
Acima de cinco anos após o evento	70	37	(27)	(201)	(47)	3	10
Pagamentos de sinistros	256	173	155	29	86	152	167
No ano do evento	190	173	155	29		152	167
Um ano após o evento					86		
Dois anos após o evento							
Três anos após o evento	16						
Quatro anos após o evento	4						
Acima de cinco anos após o evento	46						
	697	814	776	531	484	488	499
Resseguro	108	109	109				
Provisões líquidas de resseguro	589	705	667	531	484	488	499

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 200 (duzentas) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 5 de setembro de 2013, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram sobre o aumento de capital no montante de R$ 1.000, mediante emissão total de 14 ações ordinárias. O referido ato societário foi aprovado pela SUSEP, através da Portaria SUSEP nº 5.768, de 11 de março de 2014 e arquivado na JUCERJA sob nº2612079.

(b) Ações em tesouraria

A Seguradora concentrou as participações acionárias de diversos acionistas, através da compra de 21 (vinte e uma) ações e mantendo-as em tesouraria. A Seguradora não tem interesse em negociar essas ações.

(c) Ajustes com títulos e valores mobiliários

Referem-se à avaliação dos títulos classificados como "disponíveis para venda" - Nota 2.3, ajustada ao valor mercado, em conformidade com a Circular SUSEP nº 379/2008.

	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Saldo inicial	(1.285)	460
Constituição (reversão) no fim do semestre		
Títulos de Renda Fixa	272	(1.205)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Movimentação do período	272	(1.205)
	(1.013)	(745)

(d) Resultado por ação - básico e diluído

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido do semestre aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do semestre pela média ponderada das ações em circulação no semestre. O cálculo do resultado por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Numerador		
Lucro líquido do semestre	212	122
Denominador		
Média ponderada de número de ações em circulação	179	165
	1.184,36	739,39

A Seguradora não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do resultado por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41. Dessa forma, o resultado por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do resultado por ação básico demonstrado acima.

18 Ramos de atuação da Seguradora

Os principais ramos de atuação da Seguradora, prêmios ganhos, sinistros retidos, despesas com benefícios e resgates, índices de sinistralidade, despesas de comercialização e índices de comissionamento estão assim demonstrados:

	30 de junho de 2014				
Ramos	**Prêmios ganhos**	**Sinistros ocorridos**	**Sinistra-lidade %**	**Despesas de comercia-lização**	**Comissiona-mento %**
Vida Individual	432	(6)	-1%	1	0%
	432	**(6)**	**-1%**	**1**	**0%**

	30 de junho de 2013				
Ramos	**Prêmios ganhos**	**Sinistros retidos benefícios**	**Sinistra-lidade %**	**Despesas de comercia-lização**	**Comissiona-mento %**
Vida Individual	311	94	30%	4	1%
	311	**94**	**30%**	**4**	**1%**

19 Detalhamento de contas das demonstrações do resultado

(a) Sinistros ocorridos

	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Sinistros diretos	(8)	(87)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	14	(7)
	6	(94)

(b) Custos de aquisição

	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Comissões sobre prêmios emitidos	(1)	(4)

(c) Resultado de resseguro

	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Despesa com resseguro		
Prêmio de resseguro cedido - repasse	(12)	(10)
	(12)	(10)

(d) Despesas administrativas

	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Pessoal próprio	(318)	(283)
Serviços de terceiros	(243)	(231)
Localização e funcionamento	(38)	(43)
Publicidade e propaganda	(197)	(170)
Depreciação	(5)	(5)
Donativos e contribuições	(27)	(10)
Outras despesas gerais e administrativas, líquidas de reversão de provisões para contingências	(1)	(13)
	(829)	(755)

(e) Despesas com tributos

	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
COFINS	(70)	(62)
PIS	(11)	(10)
Fiscalização - SUSEP	(72)	(71)
Outras despesas com tributos		(19)
	(153)	(162)

(f) Resultado financeiro

	30 de junho de 2014	30 de junho de 2013
Receitas financeiras		
Rendimentos de títulos de renda fixa - privados	4	8
Rendimentos títulos de renda fixa - públicos	1.282	1.230
Receitas com operações de seguros e resseguros	7	5
Outras receitas financeiras	3	4
	1.296	1.247
Despesas financeiras		
Despesas com operações de seguro	(438)	(378)
Outras despesas financeiras	(19)	(5)
	(457)	(383)
	839	864

20 Benefícios a empregados

(a) Outras obrigações pós-emprego

A Seguradora não realiza pagamento pós-emprego.

(b) Participação nos lucros e bônus

A Seguradora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base no valor estabelecido pelo Sindicato dos Securitários.

21 Remuneração do pessoal-chave da administração

A diretoria executiva inclui os diretores estatutários e sua remuneração paga ou a pagar é R$ 108 (30 de junho de 2013 - R$ 96).

22 Garantia das provisões técnicas de seguros

Para garantia das provisões técnicas, as seguintes parcelas do ativo da Seguradora estavam retidas ou vinculadas à SUSEP:

	30 de junho de 2014	31 de dezembro de 2013
Títulos de renda fixa - públicos	22.257	21.168
Quotas de fundos de investimentos - renda fixa		150
Total de ativos dados em garantia	22.257	21.318
Provisões técnicas - Seguros	8.304	8.284
(-) Resseguro - recuperação Sinistros/Eventos	(2)	(164)
	8.302	8.120
Excedente de ativos vinculados	13.955	13.198

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Fabio Lins de Castro

Vice Presidente: Luiz Fernando Ferreira Pinto

Conselheiro: Antonio Paulo Teixeira Leão

DIRETORIA

Diretor-Presidente: Fabio Lins de Castro

Diretores Vice Presidentes: Marcelo Mancini Peixoto
Wagner Stabile

Contadora: Luciana de Fátima Silva Pinto
CRC-RJ 087987/O-4

Atuária: Thereza Christina Moreno de Oliveira
MIBA nº 780